

## **ACTA NÚMERO TRÊS**

Aos dezassete dias do mês de Abril de dois mil e nove, reuniu-se, no Auditório Municipal, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mesão Frio, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes; -----

Ponto três: Documentos de prestação de contas do ano de 2008 e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação – Proposta de aprovação; -----

Ponto quatro: Período aberto ao público. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Maximiano Pereira Correia, Presidente, António José Rodrigues Teixeira, 1.º Secretário, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, 2.º Secretário, Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Maria Rosa Freitas da Silva, Manuel de Barros, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Altino de Sousa, António Maria Lemos Pinto, José Maria Cardoso Carreira, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira (PPD/PSD), Nuno Vasco de Almeida Machado, Júlio da Fonseca Esteves, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Firmino Teixeira Várzea, Filipe Teixeira, Gabriela Maria da Costa Rodrigues Alves e Manuel Pinto de Sousa (PS). -----

Não estiveram presentes os membros do PPD/PSD Acácio José Rodrigues Cardoso e António José dos Santos André. O Presidente da Mesa comunicou à Assembleia que este último tinha sido convocado em substituição da deputada Maria João Santos Martins Monteiro, que tinha apresentado o pedido de renúncia ao cargo. -----

Do Executivo Camarário estiveram presentes os seguintes membros: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente, António Adelino Osório, José Luís Paiva Cortês (PPD/PSD), Cristina Isabel de Almeida Guedes Major e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto (PS) Vereadores. -----

A sessão teve início às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos com a leitura discussão e votação das actas das sessões ordinária de vinte e seis de Fevereiro e extraordinária de trinta e um de Março. -----

A acta de vinte e seis de Fevereiro foi aprovada por unanimidade e a de trinta e um de Março foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor e três abstenções, dos deputados Júlio da Fonseca Esteves, Manuel Fernando Mesquita Correia e José Maria Cardoso Carreira, por não terem estado presentes na reunião. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia apresentou uma relação de toda a correspondência por si recebida desde a reunião de trinta e um de Março de dois mil e nove. -----

No ponto um – Período antes da ordem do dia, o deputado Nuno Machado disse ter conhecimento que a turma do nono A da Escola C+S Professor António da Natividade deixou de ter, na disciplina de Educação Física, a componente de natação, com a justificação de que a piscina municipal estava ocupada a essa hora, o que veio a verificar não ser verdade. Indagou se era desta forma que os responsáveis pela educação no concelho demonstravam o interesse que dizem dedicar à formação dos homens de amanhã. Concluiu, solicitando para ver o organograma de ocupação da piscina municipal. -----

O Presidente da Junta de Cidadelhe, na sequência da intervenção anterior, perguntou como se pretende pôr os jovens a praticar desporto se o campo de futebol da sua freguesia está transformado em depósito de entulhos e estaleiro de empreiteiros. -----

O deputado Firmino Várzea apresentou duas questões: na primeira, perguntou em que estado está o protocolo com a GR Energy – Energias Renováveis, para aproveitamento de moinhos, que foi referido na sessão de Dezembro de dois mil e seis; na segunda, quis saber que diligências foram feitas para que fossem retiradas as coberturas de amianto da escola do primeiro ciclo, solicitação por si feita, em nome dos eleitos pelo PS, na reunião de Setembro de dois mil e sete. Acrescentou não aceitar a desculpa da construção do novo centro escolar para nada ter sido feito. -----

O deputado Júlio Esteves perguntou ao Presidente da Câmara onde se encontravam os rails de protecção da Poça de Santa Cristina e se a Câmara estava a acautelar os

interesses do município na questão que opõe a Câmara da Régua e a recém criada entidade do Turismo do Douro, em torno da posse das Termas do Moledo. -----

O Presidente da Câmara respondeu, de seguida, a todas as intervenções. Ao deputado Nuno Machado disse que a Escola tinha apresentado à Câmara Municipal um mapa para a ocupação da piscina, que apresentava incompatibilidades nalgumas horas, o que inviabilizou a frequência da piscina. Contudo, era natural que houvesse algumas horas em que os horários seriam compatíveis. Acrescentou que a piscina está a ser usada pelo primeiro ciclo, pré-escolar, Progride e população em geral, o que significa estar ao serviço de todos, inclusive da juventude.-----

Ao Presidente da Junta de Cidadelhe disse estar de acordo com as suas palavras sobre a juventude e que na próxima terça-feira iria à Câmara um protocolo entre a Câmara, Ministério da Cultura e Hotel a construir, para a transformação do Castro de Cidadelhe, que envolverá, obrigatoriamente, o campo de futebol. Este protocolo visa a apresentação de uma candidatura a um programa comunitário com projecto elaborado pelo IGESPAR, que acontecerá muito em breve. -----

Em resposta ao deputado Firmino Várzea disse que o avanço do aproveitamento dos moinhos está do lado da empresa e, pelo que julga saber, está dependente de licenças de entidades exteriores à Câmara. Quanto à substituição da cobertura da escola do primeiro ciclo disse que o deputado já tinha dado a resposta, pois as obras do centro escolar já tinham tido início e a manutenção da cobertura não representa um perigo eminente. -----

Ao deputado Júlio Esteves respondeu não saber o que se passa com os rails da poça de Santa Cristina, mas iria averiguar. Já sobre a polémica das Caldas do Moledo disse que o deputado não conhecia o que se estava a passar, pois a polémica em causa nada tem a ver com o município de Mesão Frio, uma vez que o que está em causa é a propriedade dumas termas que têm uma parte em território do nosso concelho e que, independentemente de quem seja o seu proprietário, continuará a estar no mesmo território. -----

O Presidente da Junta de Cidadelhe usou novamente da palavra para dizer que a sua freguesia tem as actividades que tem e não tem mais porque o Senhor Presidente da

Câmara tinha prometido um polivalente em dois mil e cinco, que nunca se viu. Quanto à utilização da piscina Municipal disse que o Presidente referiu a sua utilização pelo Progride, mas foi preciso que a Santa Casa da Misericórdia deitasse a mão a este programa, para o salvar. -----

O deputado Firmino Várzea reafirmou que a cobertura de amianto já deveria ter sido substituída, defendendo que tal seria mais importante para a defesa da saúde de quem lá estuda e trabalha do que passeios e jantaradas. -----

O deputado Júlio Esteves esclareceu que, na sua intervenção, não disse que a Câmara deveria acautelar a posse das termas, mas sim os limites do concelho. -----

A deputada Gabriela Alves disse que a questão da substituição do amianto era obrigatória por lei, pelo que na Escola C+S foi retirado imediatamente. Quanto à utilização da piscina disse que anteriormente havia um regulamento que definia idade mínima e a obrigatoriedade de ter pé para o acesso às aulas de natação, mas este ano deu jeito ser para o pré-primário. Continuou defendendo que o critério, foi outro e teve a ver com a mudança do professor, sabendo-se que o anterior foi despedido através de uma carta com um simples parágrafo. -----

O deputado Nuno Machado defendeu que a justificação apresentada pelo Presidente da Câmara para a impossibilidade das aulas de natação do nono ano não fazia sentido, porque o Progride e a hidroterapia já existiam há dois anos. O certo é que, por questões de conveniência, se prejudicavam inocentes. -----

O Presidente da Câmara disse que ia tentar responder de uma vez a todas as intervenções. Disse que havia pessoas que não se informavam devidamente, depois viam crimes em tudo quanto era lado e levantavam coisas na Assembleia que não lembravam a ninguém. O professor, que dizem ter sido despedido, nunca o podia ter sido, porque estava a recibo verde. O que se tinha passado é que, a partir de um de Janeiro, a Câmara não pode continuar a pagar por recibo verde e, como tal, foi colocada, ao professor, a opção entre a Câmara a tempo inteiro ou a Escola onde leccionava. Nada houve de prossecutório como se queria fazer crer. -----

Quanto à afirmação do Presidente da Junta de Cidadelhe de que a Misericórdia tinha

salvo o Progride, disse que têm vindo a verificar-se tentativas de usurpação deste programa, mas não se devia esquecer que a Santa Casa herdou o projecto e não está a fazer mais que cumprir o que dele constava tal como foi candidatado e conseguido para o concelho pela Câmara e Associação de Barqueiros. -----

Pelas vinte e duas horas e vinte minutos, o Presidente da Câmara, que estava no uso da palavra, foi interrompido por um munícipe que se encontrava na assistência. Este foi, de imediato, advertido pelo Presidente da Mesa. Não acatando a chamada de atenção que lhe fora feita, foi avisado de que se não modificasse o seu comportamento seria obrigado a convidá-lo a abandonar o auditório, ao que o munícipe desafiou a Mesa interrogando quem é que o ia obrigar a sair. Perante esta atitude o Presidente da Mesa comunicou à Assembleia a interrupção dos trabalhos e contactou, de imediato, a GNR, solicitando a sua presença no local. -----

Pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, compareceu a GNR e como o munícipe já havia abandonado o auditório, o Presidente da Mesa dispensou a força e foram retomados os trabalhos. -----

A deputada Gabriela Alves usou da palavra para dizer que o Professor Rui Ihe tinha demonstrado a sua indignação pela forma como foi dispensado, que conhecia outros colegas que estavam nas mesmas condições, para quem as Câmaras tinham encontrado uma solução ao abrigo da lei e que neste caso não dava mesmo jeito, até porque tinha havido já antes uma tentativa de dispensar o mesmo professor, atitude que foi impedida por um abaixo assinado dos utentes da piscina. -----

O Presidente da Câmara pediu que a deputada Ihe esclarecesse qual o processo legal que permitia a acumulação no caso em discussão. -----

No ponto dois – Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes, o deputado Nuno Machado começou por referir que ou se transpira muito na Câmara ou o relatório da actividade não corresponde à verdade, pois há menos de um mês tinha a Assembleia analisado um relatório igualmente extenso. Exemplificou a repetição sistemática de acções em sucessivos relatórios e a apropriação indevida de outras que, segundo ele, não são da Câmara. Relativamente ao relatório financeiro comparou os

números da dívida em Fevereiro de dois mil e sete, sete milhões e setecentos mil euros com os de Fevereiro de dois mil e nove, oito milhões e seiscentos mil euros e de Abril de dois mil e nove, oito milhões, setecentos e sessenta e três mil euros, para concluir que o endividamento da autarquia havia crescido num mês vinte e sete mil e trezentos contos e que a maioria gasta dinheiro e não se vê obra. Continuou, para fazer referência ao *ranking* dos municípios constante numa publicação dos Técnicos Oficiais de Contas em que, em relação a dois mil e sete, Mesão Frio aparecia em vigésimo quinto lugar, no que respeita ao grau de execução da receita, com quarenta e seis por cento e em décimo sétimo lugar no que respeita ao passivo por cidadão, com um valor de dívida por munícipe de mil setecentos e dez euros. O empolar da receita para permitir mais despesa conduz, inevitavelmente, ao aumento da dívida. -----

O Presidenta da Junta de S. Nicolau afirmou ter ouvido com atenção o deputado Nuno Machado e duvidar dos números dos *rankings* referidos, porque as médias diziam respeito a dois mil e sete, quando o último censo da população aconteceu em dois mil e um. -----

O Presidente da Câmara respondeu ao deputado Nuno Machado dizendo que já não iria dormir nessa noite, pois se à dívida do município, se somasse a dívida do estado verificávamos que estamos todos perdidos. Explicou que o relatório da actividade da Câmara é elaborado pelos serviços, competindo a cada área fazer uma síntese das actividades concluídas ou em curso e lançou o repto da identificação de obras que não estejam feitas ou em curso, independentemente de aparecerem em mais de um relatório. Sobre as finanças do município disse que estava à frente da Câmara há dezanove anos e já andava a ouvir a oposição a dizer há dezassete que estava falida, o que até hoje ainda não aconteceu. Reconheceu que, fruto da crise que estamos a viver, a Câmara está a atravessar alguns problemas financeiros, mas o passivo tem oscilado entre os oito milhões e setecentos mil e os oito milhões e quatrocentos mil euros e defendeu que, apesar das dificuldades que a Câmara tem, não desiste de investir e é possível verificar que tem, neste momento, treze milhões de euros em obras, com setenta por cento de apoio garantido pelo QREN. Seis milhões são no âmbito da CIM Douro. -----

O deputado Nuno Machado esclareceu que quando havia referido não perceber o relatório estava, naturalmente, a ser irónico. Disse que o Presidente da Câmara referiu ter treze milhões para obras, mas ele, que pertencia ao órgão Assembleia Municipal, não sabia, que o Presidente admitiu que o concelho está falido e que a afirmação de que a Câmara tem recebido menos dinheiro não corresponde à verdade, porque o que se passa é que há menos fundos comunitários, porque há menos obras. -----

Referiu a existência de quase sessenta telemóveis a gastar e não entender porque pessoas que passam o dia na Câmara têm que ter um telemóvel, para defender que continua a existir uma má gestão. Acrescentou, a esse propósito, que havia presenciado numa casa comercial da vila o levantamento de material sem qualquer requisição, para concluir que assim não há controlo possível. Disse que se lhe perguntarem se a Câmara tem pessoal a mais não sabia responder, o que sabia é que a gestão é má, porque o dinheiro deveria ser gasto no que trouxesse benefícios para o concelho. Deveriam ser mais discutidos os mega investimentos e não aparecerem na Assembleia no último dia, como de costume, para serem aprovados pelos quinze deputados da maioria. -----

O Presidente da Câmara respondeu dizendo que, em dois mil e oito, a receita diminuiu quatrocentos e trinta e um mil euros e se analisarmos o desdobramento da rubrica verificamos que onde a Câmara leva um golpe é nos impostos indirectos. A despesa, por sua vez, diminuiu trezentos e dezoito mil euros. Quanto aos telemóveis disse que só dessa forma se pode dar uma resposta rápida aos problemas que surgem no concelho. A propósito do episódio presenciado numa casa comercial reafirmou o que sempre tem dito que as instruções existentes são de que sem requisição não há venda para ninguém. Sobre a discussão e aprovação das obras para o concelho lembrou que a maioria que toma as opções é constituída por um presidente e dois vereadores na Câmara e quinze deputados na Assembleia, sendo, por isso, natural que estes as votem favoravelmente. Finalmente, reafirmou a existência de candidaturas aprovadas no valor de treze milhões de euros e disse-se surpreendido ao ouvir o deputado dizer que não sabe. -----

O deputado Nuno Machado desafiou o Presidente da Câmara a perguntar aos deputados da maioria se sabiam onde se vão gastar os treze milhões referidos pelo Presidente da Câmara, a não ser que estivesse a contar com o investimento privado. Concluiu dizendo que o Presidente tem a obrigação de mostrar os projectos que tem na Câmara. -----

No ponto três – Documentos de Prestação de Contas do ano de 2008 e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação – Proposta de aprovação, o deputado Nuno Machado disse já ter referido no ponto anterior e só ir, agora, recordar que não custa nada consumir e mandar por na conta. É possível verificar na relação das dívidas a terceiros que se encontram por pagar o passeio de barco no Douro e a viagem ao Minho. Salientou a existência de fornecedores locais da Câmara com dívidas muito altas e disse que muitos estavam falidos por sua causa. A Câmara tinha a obrigação de pagar, pelo menos, a trinta dias aos nossos conterrâneos. Disse achar estranho o facto da Câmara ter três ou quatro engenheiros e aparecerem pagamentos de cento e sessenta mil euros de projectos à empresa *Implenitus*. -----

O deputado Júlio Esteves usou da palavra para proceder à leitura de um texto anexo a esta acta, em que faz uma análise dos documentos de prestação de contas, justificando o voto contra dos eleitos pelo PS e que servirá de declaração de voto. -----

A deputada Gabriela Alves serviu-se da referência à despesa de onze mil trezentos e quarenta e dois euros com órgãos de comunicação social para perguntar se as notícias e entrevistas que se vêem nos jornais são pagas e para solicitar que lhe fossem disponibilizadas cópias das facturas de todas as despesas com a comunicação social no ano de dois mil e oito. Quis saber se a Câmara já tinha pago a dívida da Universidade Júnior, lembrando que as inscrições deste ano só serão possíveis sem dívidas anteriores. Criticou a decisão da Câmara de reduzir para cinco o número de crianças a apoiar nesta iniciativa e o critério do sucesso educativo como forma da sua selecção. Afirmou que só quem não conhece as crianças do concelho é que pode defender um critério desta natureza. Disse ser demasiado irónico, porque se trata de um custo de cento e sessenta euros e perguntou se não seria possível reconsiderar esta decisão. -----

O Presidente da Câmara respondeu à intervenção do deputado Nuno Machado, dizendo que o passeio de barco e o almoço da viagem ao Minho já estavam pagos, tendo-se cumprido o acordo de pagamento acertado com as respectivas empresas, as dívidas são contas correntes que são dinâmicas, o que não significa que não existam pagamentos efectuados e o custo dos projectos dizem respeito a obras que são candidatas e, por conseguinte, com participação dos projectos e para que a Câmara não tem gabinete, dada a sua dimensão. -----

À intervenção do deputado Júlio Esteves respondeu reconhecendo a correcção de impostos directos em vez de indirectos, dizendo tratar-se de um lapso, e corrigindo o aumento de quinhentos mil euros nas despesas com pessoal, referido pelo deputado, para duzentos e cinquenta mil euros, valor que inclui já a inflação. Justificou a correcção remetendo para a diferença dos valores gastos em dois mil e sete e dois mil e oito, constantes da página dezasseis, respectivamente de um milhão, oitocentos e vinte e três mil euros e de dois milhões e setenta e sete mil euros. -----

À deputada Gabriela Alves respondeu dizendo que não compra notícias à imprensa e que os custos referidos dizem respeito a publicidade, anúncios, publicações obrigatórias, etc... e que a decisão da Universidade Júnior pode ser alterada. -----

O deputado Nuno Machado requereu à Mesa o envio dos comprovativos dos pagamentos à Douro Azul, Malafaia e EAVT e lembrou o pedido, que ainda não havia sido satisfeito, do protocolo com o Ministério da Educação sobre a utilização da piscina municipal. -----

Terminada a discussão os documentos foram postos à votação, tendo sido aprovados por maioria, com treze votos a favor, dos membros eleitos pelo PPD/PSD e sete votos contra, dos membros eleitos pelo PS, com declaração de voto. -----

No ponto quatro – Período aberto ao público, foi solicitada a palavra pelo munícipe José Luís Cardoso Monteiro, para comentar as justificações dadas pelo Presidente da Câmara relativamente às dívidas da autarquia. A Mesa não concedeu a palavra ao munícipe por considerar que o assunto não se enquadrava nos casos previstos no número um do artigo trigésimo primeiro do Regimento da Assembleia, em vigor. -----

O deputado Júlio Esteves chamou à atenção a Mesa por entender que deveria ser dada a palavra ao munícipe, ao que a Mesa não cedeu. -----

Para efeitos imediatos foi elaborada a minuta desta acta que, depois de lida, foi posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas vinte e quatro horas e vinte e cinco minutos. Dela se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos que constituíram a Mesa da Assembleia. -----

Presidente:

1.º Secretário:

2.º Secretário: